



18022328



08084.007708/2021-53



Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Secretaria-Executiva  
Núcleo de Preparação de Aquisição e Contratação

**NOTA TÉCNICA Nº 66/2022/NPAC/COSEG/CGDS/SAA/SE/MJ**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08084.007708/2021-53**

**INTERESSADO: COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DOCUMENTAL E SERVIÇOS GERAIS - CGDS**

**1. INTRODUÇÃO**

1.1. Trata-se de procedimento licitatório visando a contratação de empresa para prestação de serviços continuados de apoio administrativo, recepção, secretariado e de condução de veículos de representação, para atender às necessidades do Ministério da Justiça e Segurança Pública em Brasília/DF, com execução realizada mediante alocação pela contratada de empregados com os cargos de auxiliar administrativo, assistente administrativo, recepcionista, secretário executivo, técnico em secretariado e motoristas executivos, que deu origem ao Pregão Eletrônico nº 08/2022.

1.2. Por meio do DESPACHO Nº 159/2022/DILIC/COPLI/CGL/SAA/SE (18019471) os autos foram encaminhados à esta área demandante para análise e manifestação quanto a resposta da licitante **RCS Tecnologia LTDA, CNPJ nº 08.220.952/0001-22**, contida no arquivo Resposta Diligência nº 3 (SEI nº 18019069), referente aos pedidos de diligências constantes na Nota Técnica NPAC nº 64 (SEI nº 17987537)

**2. DA ANÁLISE DA PROPOSTA E DA PLANILHA DE CUSTOS**

**2.1. Da categoria profissional dos motoristas executivos:**

2.1.1. Inicialmente, cumpre informar que a premissa apontada por esta área técnica na Nota Técnica NPAC nº 64 (SEI nº 17987537) quanto ao enquadramento dos motoristas executivos como categoria profissional diferenciada se coaduna com o entendimento consignado pela justiça trabalhista no julgamento dos seguintes processos:

**Processo nº 00436-2014-010-10-00-5 (Acórdão 3ª Turma/ TRT 10ª Região, publicado em 18/11/2015)**

Assim, no caso dos autos, o Reclamante laborava na função de Motorista Executivo, categoria diferenciada, representada pelo SITRATER/DF, sindicato signatário das CCT's acostadas ao autos pelo Reclamante, juntamente com o Órgão representativo da classe econômica, no caso, SEAC/DF (fls. 49/71), devendo tais normas coletivas serem aplicáveis.

**Processo nº 01662-2011-013-10-00-0 (Acórdão 2ª Turma/ TRT 10ª Região, publicado em 27/07/2012)**

O §3.º do artigo 511 da CLT define que: Categoria profissional diferenciada é a que se forma dos empregados que exerçam profissões ou funções diferenciadas por força de estatuto profissional especial ou em consequência de condições de vida singulares. No caso dos autos, restou incontroverso que o autor exercia a função de motorista executivo/diretor (a fls. 08), ficando, assim, evidente que ele pertence a categoria profissional diferenciada.

2.1.2. A própria jurisprudência trazida pela empresa RCS contradiz sua afirmação de que os motoristas não seriam enquadrados como categoria diferenciada. Vejamos:

"ENQUADRAMENTO SINDICAL - CATEGORIA DIFERENCIADA - MOTORISTA. Regra geral, o enquadramento sindical, a teor dos artigos 511, 570 e 581, § 2º, da CLT, é determinado pela atividade preponderante do empregador, à exceção da categoria profissional diferenciada (art. 511, § 3º, da CLT). Dessa forma, o empregado não faz jus aos benefícios previstos em instrumento coletivo pertinente a categoria diversa daquela em que enquadrada a atividade preponderante do empregador, e do qual este não foi signatário, tampouco a entidade representante de sua categoria econômica. O mesmo sucede ainda que o empregado integre categoria diferenciada, pois para fazer jus aos benefícios assegurados por essa categoria, se nela enquadrado, é preciso que o empregador, por si ou representado pelo ente sindical respectivo, firme o instrumento coletivo (Súmula 374 do TST). "In casu", o motorista se insere nessa hipótese excepciva, uma vez que se trata de profissão regulamentada pelas Leis 12.619/2012 e 13.103/15, pelo que, demonstrada nos autos a existência de efetivas negociações firmadas diretamente pela empresa Ré com o Sindicato-Autor, não se aplica, a tal profissional, o enquadramento sindical geral correspondente à atividade preponderante de seu empregador, mas sim o correspondente à sua categoria diferenciada e benefícios a ela correspondentes. (TRT-3 - RO: 00125463520175030050 0012546-35.2017.5.03.0050, Relator: Denise Alves Horta, Quarta Turma)"

2.1.3. Contudo, a teor do contido na Súmula nº 374 do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe que mesmo quando se tratar de categoria profissional diferenciada o empregado não tem o direito de haver de seu empregador vantagens previstas em instrumento coletivo no qual a empresa não foi representada por órgão de classe de sua categoria, entende-se que mesmo que em nossa visão os cargos de motoristas possam ser considerados como pertencentes a categoria diferenciada não seria cabível exigir da empresa o cumprimento do piso salarial e demais benefícios presentes em norma coletiva da qual a empresa RCS, ou a entidade representante de sua categoria econômica, não participou da negociação.

**2.2. Do preço proposto pela RCS para os conjuntos de uniformes:**

2.2.1. Verifica-se que houve um equívoco na avaliação dos custos com uniformes. Os valores informados na Diligência nº 3 (SEI nº 18007629) referem-se ao preço de 1 (um) conjunto completo de uniforme e a RCS comparou esse custo com o valor MENSAL estimado do custo com os uniformes, que equivale ao gasto total com todos os conjuntos de uniformes de um determinado cargo dividido pelo número de meses previstos de execução do contrato.

2.2.2. Para o gasto com 1 (um) conjunto completo de uniforme o valor estimado na pesquisa de preços foi de R\$ 93,36 (noventa e três reais e trinta e seis centavos) para os itens 1, 2, 3 e 5 e de R\$ 185,52 (cento e oitenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos) para os itens 6 e 7. Vejamos as informações abaixo para tornar mais clara a comparação do preço proposto pela empresa RCS nesta licitação com o custo estimado na pesquisa de preços e o preço proposto pela própria RCS no PE 10/2020-ME, cuja descrição do conjunto do uniforme era a mesma da presente licitação e no qual a empresa sagrou-se vencedora dos lotes 5, 13 e 15:

Itens 1, 2, 3 e 5		
<b>Preço proposto pela RCS para 01 (um) conjunto completo de uniforme</b>	Preço estimado pela Administração para 01 (um) conjunto completo de uniforme	Preço de 1 (um) conjunto de uniforme da proposta vencedora da RCS no PE 10/2020-ME - Lotes 5, 13 e 15
<b>R\$ 239,44</b>	R\$ 93,36	R\$ 101,24

Itens 6 e 7	
<b>Preço proposto pela RCS para 01 (um) conjunto completo de uniforme</b>	Preço estimado pela Administração para 01 (um) conjunto completo de uniforme
<b>R\$ 473,31</b>	R\$ 185,52

2.2.3. Apenas a título de exemplo, vejamos agora a mesma comparação mas utilizando o valor estimado MENSAL para os gastos com uniformes:

Itens 1, 2 e 3		
<b>Preço MENSAL proposto pela RCS para o gasto com uniformes</b>	Preço MENSAL estimado pela Administração para o gasto com uniformes	Preço MENSAL dos uniformes da proposta vencedora da RCS no PE 10/2020-ME - Lotes 5, 13 e 15
<b>R\$ 59,86</b>	R\$ 23,34	R\$ 21,69

Item 5		
<b>Preço MENSAL proposto pela RCS para o gasto com uniformes</b>	Preço MENSAL estimado pela Administração para o gasto com uniformes	Preço MENSAL dos uniformes da proposta vencedora da RCS no PE 10/2020-ME - Lotes 5, 13 e 15
<b>R\$ 79,81</b>	R\$ 31,12	R\$ 36,16

Itens 6 e 7	
<b>Preço MENSAL proposto pela RCS para o gasto com uniformes</b>	Preço MENSAL estimado pela Administração para o gasto com uniformes
<b>R\$ 118,33</b>	R\$ 46,38

2.2.4. Ante os dados apresentados, observa-se que de fato os preços cotados pela licitante para este item de custo encontram-se significativamente acima do estimado pela Administração e, para os itens 1, 2, 3 e 5, estão também consideravelmente acima dos preços propostos pela própria empresa no PE 10/2020-ME, considerando se tratarem de conjuntos de uniformes com as mesmas características.

2.2.5. Dessa forma, sugere-se diligenciar novamente a empresa objetivando a redução dos preços propostos para esses insumos e, consequentemente, a obtenção de uma proposta mais vantajosa para a Administração.

### 2.3. Dos Custos Indiretos e Lucro:

2.3.1. A empresa RCS negou o pedido de redução dos percentuais dos custos indiretos e da taxa de lucro afirmando que *"em razão do custo da estrutura gerencial desta empresa, a alta complexidade dos serviços e os riscos embutidos no contrato"* seria inconcebível reduzir o valor ofertado.

2.3.2. Considerando que o critério de julgamento da presente licitação é o de menor preço global e que desconhece-se qualquer mecanismo que possa impor à licitante que ofertou o menor preço durante a licitação a apresentação de uma proposta ainda mais vantajosa para a administração, ainda que os percentuais dos custos indiretos e da taxa de lucro encontrem-se em patamares consideravelmente superiores aos praticados usualmente pelas empresas do ramo não se vislumbra que esse fato tenha o condão de obstar a aceitação da proposta em análise.

## 3. CONCLUSÃO

3.1. Ante o exposto, encaminhamos os autos à Coordenação de Suprimentos e Serviços Gerais para apreciação, e, se estiver de acordo, com sugestão de envio dos autos à Coordenação-Geral de Gestão Documental e Serviços Gerais, e posteriormente à Divisão de Licitações da Coordenação-Geral de Licitações e Contratos - CGL, para a continuidade do certame.

**IVAN LUIZ GRAZIATO**

Agente Administrativo

De acordo.

Encaminhe-se à Coordenação-Geral de Gestão Documental e Serviços Gerais na forma proposta.

**LORENA FERREIRA REIS**

Coordenadora de Suprimentos e Serviços Gerais - Substituta

Aprovo a presente Nota Técnica.

Encaminhe-se à Divisão de Licitações da Coordenação-Geral de Licitações e Contratos para as demais providências cabíveis.

**SANDRA CHAVES VIDAL**

Coordenadora-Geral de Gestão Documental e Serviços Gerais



Documento assinado eletronicamente por **SANDRA CHAVES VIDAL**, **Coordenador(a)-Geral de Gestão Documental e Serviços Gerais**, em 13/05/2022, às 18:22, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Ivan Luiz Graziato**, **Agente Administrativo(a)**, em 13/05/2022, às 18:28, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Lorena Ferreira Reis**, **Coordenador(a) de Suprimentos e Serviços Gerais - Substituto(a)**, em 16/05/2022, às 17:47, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **18022328** e o código CRC **288AFES1**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.